

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

ANGRA • PARATY • UBATUBA



Licenciamento e movimento social: breve histórico

- Desde a Etapa 1 do Pré-sal – ausência consulta livre e prévia
- Luta desde 2012 pela condicionante de caracterização de territórios tradicionais
- 2018: Assinatura PCTT (Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais)
- Execução de 2019 – 2024 (98 comunidades)
- Ampliação 2025 -2029 (170 comunidades)

Etapa 4 Pré-sal: alguns resultados da luta do movimento social:

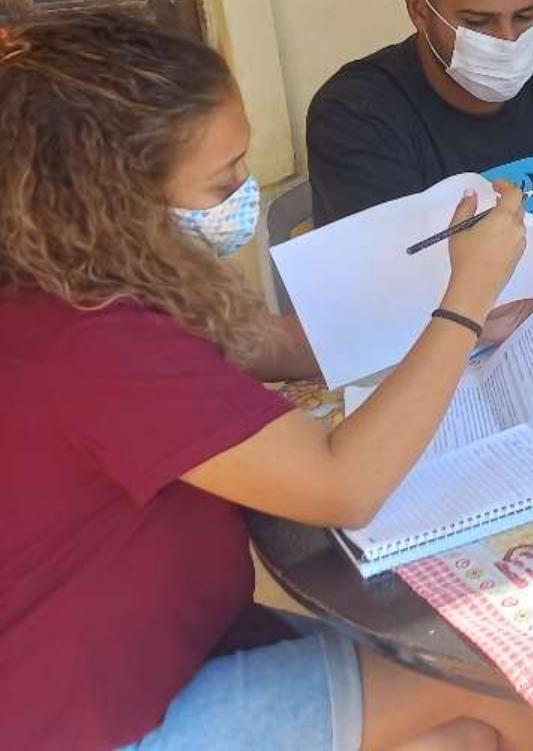
- Protocolo do relatório final do Perdas e Danos em Audiência Pública (2023)
- Exigência do MP para inclusão do dossiê do GT Perdas e Danos no EIA
- Revisão do EIA: alguns pontos do documento do GT Perdas e Danos incluídos
- Realização 3 Reuniões Públicas: 1. caiçara; 2. quilombola; e 3. indígena (2025)
- Em breve: Protocolo de 2 condicionantes: *Gestão Territorializada e Povos Indígenas*



1.

Documento GT Perdas e Danos

- Encontro de Justiça Socioambiental (2021)
 - Entrevistas (2022)
 - Formação Maré de Saberes (2022)
 - Reuniões de mapeamento participativo (2022)
 - Reuniões do GT Perdas e Danos (2021 – 2024)
 - o Lista propositiva de impactos
 - o Transcrição e codificação das entrevistas
 - o Matriz de impactos
 - o Análise estatística
 - o Discussão
 - o Sistematização e escrita do documento
 - o Apresentações e protocolo no Ministério Público
- 25 novos impactos
- 14 recomendações



REGRAS DA
CASA DO PRAIA

REGULAMENTO DE USO





enel
CASA 01





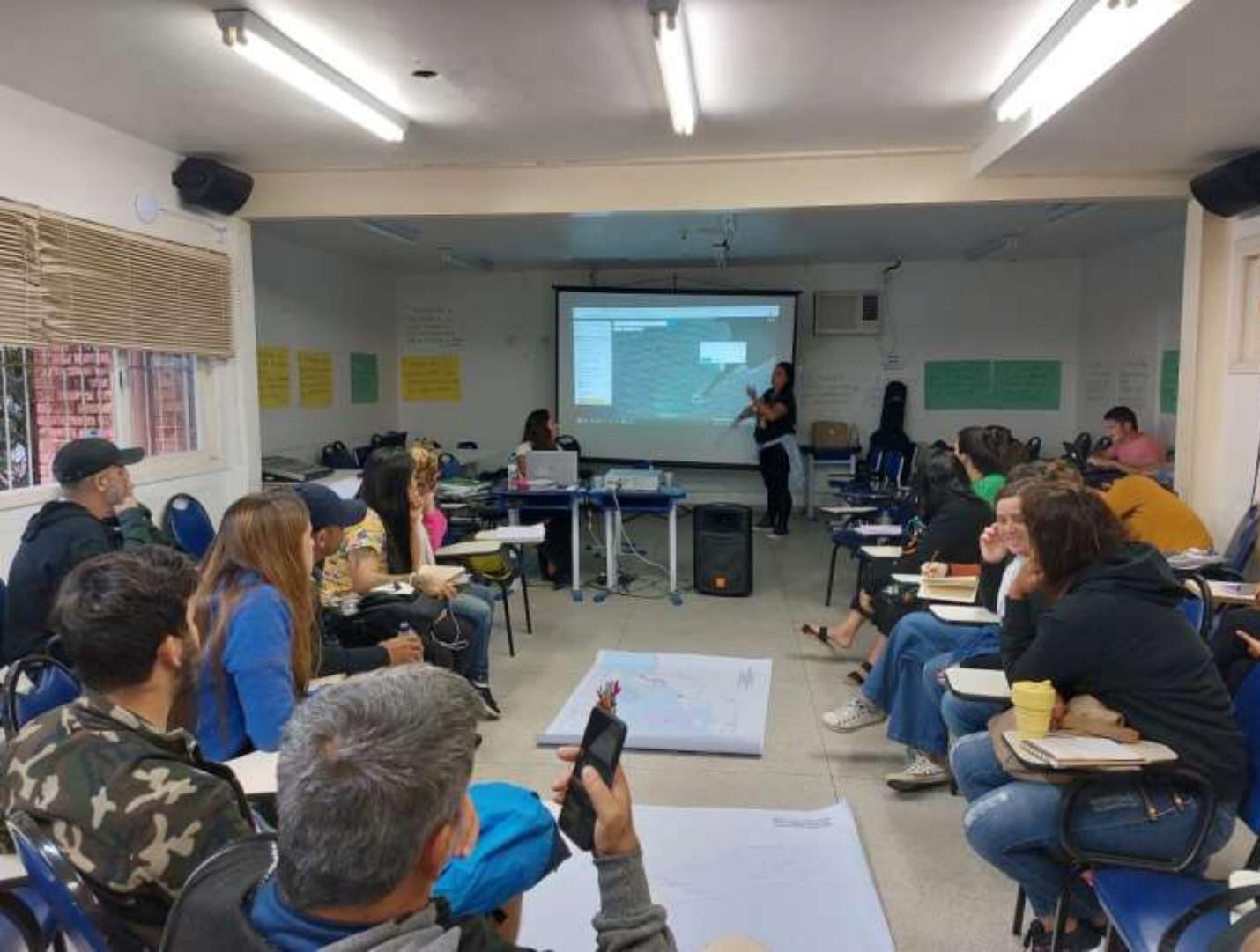




















Documento GT Perdas e Danos

Construído com e pela Voz do Território, a partir da caracterização do Projeto Povos, da atuação do Redes e pesquisadores do FCT.

- **Como tudo começou (POVOS 2019 a 2020):**
 - Comunitários perceberam possíveis danos e impactos que não estão no EIA e RIMA
- **GT Perdas e Danos (2021 a 2025):**
 - Pesquisadores comunitários e não comunitários do OTSS se juntaram para aprofundar e descrever estes danos e impactos
 - Entrevistas
 - Mapeamento participativo
 - Lista propositiva de impactos
- **Temas levantados pelos comunitários:** Saúde, meio ambiente, organização social, atividades produtivas, modo de vida, cultura e permanência no território.

Documento GT Perdas e Danos

Objetivo : Caracterizar e dar visibilidade à voz do território acessada nas atividades do OTSS no que se refere à **instalação e operação dos empreendimentos** da cadeia de **Petróleo** e Gás do **Pré Sal**.

- 2021 a 2024: Elaboração e análises qualitativa e quantitativa.
- 2023: Protocolo no MPF SP e RJ
- 2024: Protocolo no MPF SP e RJ e Ibama
- Resultados alcançados após o protocolo:
 - Incorporação de informações importantes na nova versão do EIA Etapa 4
 - Início das tratativas para mitigação dos impactos dos navios aliviadores, no EIA Etapa 4
 - Aprofundamento do EIA Etapa 4 em temas de relevância para o território



SAÚDE E MODO DE VIDA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**PRECISAMOS DE UMA CONCEPÇÃO MAIS AMPLA E
COMPLEXA DE SAÚDE DO TERRITÓRIO DENTRO DO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL!**





Voz do Território



25 NOVOS
IMPACTOS



Organizados em 5 classes:

- 1- Impactos culturais
 - 2- Impactos econômicos e sobre o bem estar material
 - 3- Impactos institucionais, legais, políticos e igualdade
 - 4- Impactos sobre a qualidade do meio ambiente habitado
 - 5- Impactos sobre a saúde e bem-estar
- 

IMPACTOS CULTURAIS

Alteração nos padrões de coesão social e estrutura familiar

Aumento na tensão social e violência

Desvalorização das culturas tradicionais



IMPACTOS ECONÔMICOS E SOBRE O BEM ESTAR MATERIAL

Aumento da dependência e vulnerabilidade econômica -perda de subsistência

Aumento na pressão sobre os serviços da proteção e seguridade social

Aumento no esforço na atividade pesqueira artesanal

Diminuição da renda da pesca artesanal

IMPACTOS INSTITUCIONAIS, LEGAIS, POLÍTICOS E IGUALDADE

**Diminuição na participação e
no controle social em tomadas
de decisão**

Perda de direitos legais

Racismo ambiental



IMPACTOS SOBRE A QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE HABITADO

**Aumento na criminalidade e
violência nas comunidades**

**Diminuição da qualidade ambiental
e da paisagem dos territórios**

**Diminuição segurança e aumento
do risco**

Ruptura de práticas tradicionais

IMPACTOS SOBRE A SAÚDE E BEM ESTAR

Diminuição da qualidade da água do mar

Diminuição do acesso ao território marinho e comprometimento de seus usos

Diminuição do acesso ao território terrestre e comprometimento de seus usos

Redução da qualidade da segurança alimentar e nutricional

Aumento de doenças de veiculação hídrica

Aumento do sentimento de discriminação

Aumento do sentimento de importunação social

Aumento dos problemas psicossociais, transtornos e sofrimentos mentais

Aumento dos problemas relacionados ao uso abusivo de Substâncias Psicoativas

Diminuição da autonomia dos povos tradicionais sobre o território

Diminuição da qualidade da água continental



Voz do Território



- I. O Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais (**PCTT**) deve ser reconhecido e implantado como **política pública**, de forma permanente e com atualizações periódicas.
- II. O licenciamento ambiental em seus estudos (**EIA**s) deve **centrar sua análise** na constituição de **territórios sustentáveis e saudáveis**, perspectiva que vai além dos meios tradicionalmente avaliados (físico, biótico, socioeconômico), considerando que **há relação entre os impactos de diferentes meios, que se acumulam e potencializam**.

- III. Recomendamos a inclusão de todas as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, de sertão e da região costeira, nos PEAs e demais condicionantes de interesse dos primeiros, tendo em vista a noção de **território único** e o modo de vida tradicional.
- IV. A partir dos resultado sejam incluídos nos EIAs os vinte e cinco novos impactoss encontrados nesta primeira caracterização, recomendamos conforme explicitado no Despacho PRM-CGT-SP-00002966-2023

- v. Recomendamos que seja realizado um estudo aprofundado, de modo a identificar, integrar e classificar os impactos psicossociais.
- vi. A partir dos vinte e cinco novos danos e impactos identificados nesta caracterização, que sejam apresentados estudos de reparação justa e integral, valoração, incluindo as externalidades.
- vii. Os atributos e **magnitude dos impactos** dos EIAs das Etapas de 1 a 4 do Pré Sal sejam reclassificados a partir de metodologias que integrem a voz do território.



- viii. Os impactos já identificados nos EIA das Etapas de 1 a 4 do Pré Sal **devem ser compensados e devem ser elaborados novos estudos** de reparação dos mesmos.
- ix. Os Termos de referência para elaboração dos EIA devem ser **construídos junto com os comunitários e movimentos sociais** que representem a voz do território.



- x. O EIA Etapa 4 deve ser reelaborado de forma a **obedecer ao TdR** no que se refere a:
- i) **apresentar análise integrada**, incluindo mapeamento de fatores ambientais relevantes para as comunidades tradicionais (**Pesca e Maricultura Artesanais, infraestrutura urbana e Turismo de Base Comunitária**);
 - ii) **identificar os grupos sociais sujeitos** aos ônus e bônus do empreendimento Etapa 4. Utilizando-se de metodologia muito adequada, dialogando com a voz do território, e que esteja em um **local de destaque do EIA**.
- xi. As **condicionantes** de interesse das comunidades tradicionais devem ter **Termos de Referência construídos** por essas comunidades, junto aos movimentos sociais do território.

- XII. As comunidades tradicionais definam e incidam sobre as condicionantes de interesse para o território, e construam os Termos de Referência das mesmas, em **diálogo direto** entre suas lideranças e o **órgão licenciador**, sem a necessidade de intermediação de órgãos intervenientes do processo de licenciamento.
- XIII. Os estudos de impactos cumulativos do território sejam territorializados, integrando os resultados dos estudos de impactos cumulativos e sinérgicos do território.
- XIV. Os órgãos públicos devem ser incorporados nos debates sobre os territórios, com destaque para: Funai, Fundação Palmares, INCRA e IPHAN.



2. Módulos de Licenciamento Aplicado

Rede de Formação Socioambiental

Proposta de
condicionantes
(Etapa 4)





Condicionantes

8 cursos (RFS/REDES/OTSS)

Condicionantes de interesse do território devem ser construídas e implantadas de forma colaborativa, envolvendo comunitários e movimento social







Condicionantes Propostas

- Mais de 15 condicionantes propostas
- Alinhadas aos impactos assumidos pelo EIA da Etapa 4 do Pré Sal.





Tema: Protocolo de Consulta

Criação de protocolos de consulta em comunidades



Elaboração participativa do Plano de Trabalho

- Instituição executora: movimento social
- Estratégias: estar em contato com o MPF, IPHAN, MAPA, MINC para que os protocolos sejam reconhecidos e respeitados.

Tema: Regularização Fundiária



- **Regularização fundiária** de interesse e reconhecimento das comunidades tradicionais:
 - Financiamento de estudo antropológico e fundiário
 - Referência: estudo antropológico e fundiário que foi realizado na APA Cairuçu (Paraty, RJ)

Tema: Educação Diferenciada



- **Magistério e cursos profissionalizantes**
 - **Saberes da Terra**
 - **Saberes do Mar**
 - Ciclos de ações formativas e partilhas nos territórios
 - incluem os estudantes de ensino fundamental → vivência para escolha do ensino médio profissionalizante.
 - PACA: “Programa de Aulas à Céu Aberto”



Tema: Educação Diferenciada



• Curso técnico comunitário tradicional:
Política e Relações Públicas Tradicional
Territorializada.

- Gestão e sistema de informação produzido e realizado pelo território
- Incubar empreendimentos comunitários de gestão territorial





Tema: Educação Diferenciada



- **Agente Técnico Ambiental** → Ensino Médio técnico → formação com bolsa de estudos
 - **monitorar** o próprio território indígena (solo e água)
- Aprofundamento nos temas relacionados a: agronomia, TBC, trilhas, dança, artesanato e enfermagem
 - adaptado ao contexto indígena.



Tema: Saneamento Ecológico



“Saneando territórios”: Caravana temática

1. Formação comunitária com parceiros
2. Construção Plano de Ação
3. Construção do sistema de saneamento e manutenção
4. Criação de comitê participativo permanente de gestão comunitária





Tema: Saneamento Ecológico



- Formação de Comunitários Multiplicadores em controle social das prestadoras de serviço de saneamento e garantia estrutural para o seu pleno funcionamento.







Tema: Turismo de Base Comunitária



- Fortalecimento da **Rede Nhanderekó** (TBC)
- Cursos de formação em diversos temas de incidência do Projeto do FCT.
- Compra e manutenção de equipamentos, veículos, embarcações necessárias à viabilização do TBC.
- Aquisição de terrenos onde serão implantadas as sedes comunitárias para a venda dos roteiros → sustentabilidade na permanência nesses territórios.



Condicionantes alinhadas às recomendações do documento do GT Perdas e Danos

III. Recomendamos a inclusão de todas as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, de sertão e da região costeira, nos PEAs e demais condicionantes de interesse dos primeiros, tendo em vista a noção de **território único** e o modo de vida tradicional.

IX. As **condicionantes** de interesse das comunidades tradicionais devem ter **Termos de Referência construídos** por essas comunidades, junto aos movimentos sociais do território.

XII. As comunidades tradicionais definam e incidam sobre as condicionantes de interesse para o território, e construam os Termos de Referência das mesmas, em **diálogo direto** entre suas lideranças e o **órgão licenciador**, sem a necessidade de intermediação de órgãos intervenientes do processo de licenciamento.



3. Análise do EIA Etapa 4

Documentos usados na análise:

- EIA versão 1
- Parecer técnico do IBAMA (sobre EIA versão 1)
- EIA versão 2
 - a) Análise: **Medidas mitigadoras são suficientes?**
 - b) impactos **sem medida mitigadora**

a) Análise: **Medidas mitigadoras são suficientes?**

Impacto ***Geração de Expectativas***:

- **IBAMA exigiu novas medidas mitigadoras**
- **Petrobras manteve apenas Programas já existentes**
 - PCS - Programa Comunicação Social;
 - PEA - Programa Educação Ambiental

a) Análise: **Medidas mitigadoras** **são suficientes?**

Impacto *Aprofundamento de conflitos socioambientais*:

- Petrobras sugere **cumprimento da OIT 169**
(Consulta livre, prévia e informada)...

... mas **não propõe nenhuma medida prática**
para isto...

a) Análise: **Medidas mitigadoras são suficientes?**

Impactos:

- *Aumento na pressão sobre populações tradicionais devido ao pagamento de tributos, taxas e compensação financeira*
- Petrobras assume que o impacto afeta caiçaras, quilombolas e indígenas...
... porém a medida mitigadora proposta (PEA) **só atende caiçaras...**

b) Impactos Sem Medida Mitigadora

Impacto: *Aumento na pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais*

A Petrobras assume que pressiona a infraestrutura de serviços sociais...

...Mas diz que este impacto **não é mitigável**...
...propõe **apenas monitorar** as alterações no território.

Tema: Saneamento Ecológico



- Formação de Comunitários Multiplicadores de controle social das prestadoras de serviço de saneamento e garantia estrutural para o seu pleno funcionamento

b) Impactos sem medida mitigadora

Impactos sobre a **Pesca Artesanal**:

Conquista da luta do território: **impactos dos navios aliviadores** incluídos no EIA:

- Alteração na rotina de navegação
- Vazamento de Petróleo
- Introdução de espécies exóticas

... Petrobras propõe **apenas a continuidade** de projetos existentes
(PEA e Projeto de Comunicação Social)

...E diz que **não tem responsabilidade** sobre o impacto da introdução
de espécies exóticas sobre a pesca artesanal...

E os Navios Aliviadores?

Avanço: impactos dos navios aliviadores foram incluídos no EIA

Mas na prática, nada mudou. Nenhum novo projeto (medida mitigadora) proposto. Apenas manutenção dos projetos que já são financiados.

- **Impacto:** *Aumento na pressão sobre populações tradicionais devido à movimentação de navios aliviadores*

c) Impactos Relacionados ao Turismo

- **Nenhuma medida mitigadora** relacionada ao turismo para Ubatuba e Caraguatatuba

...consideradas fora da área de trânsito dos navios aliviadores...

... mas e o turismo náutico nas ilhas destes municípios, não estaria sendo influenciado pelo trânsito dos navios aliviadores?

OBRIGADO!

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
ANGRA • PARATY • UBATUBA